



Wilson Barbosa – Ciro Saurius, Aquarela

RACISMO E DOMINAÇÃO SUBALTERNA: OLHANDO PELA FRESTA NEOCOLONIAL

Racism and Subaltern Domination:
Looking through the Neocolonial Gap

Wilson do Nascimento **BARBOSA** (Professor aposentado de História Econômica da Universidade de São Paulo, Brasil)

RESUMO: *O racismo é aqui explicado como parte inseparável da apropriação mercantil e suas elaborações, particularmente aquelas do processo de acumulação primitiva. As sociedades criadas por tal acumulação têm no racismo a sua estrutura principal, em que se alicerçam as deformações típicas da sociedade capitalista neocolonial.*

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Racismo; Classe dominante subalterna; Consciência fetichista.

ABSTRACT: *Racism is explained here as inseparable from mercantile appropriation and its elaborations, particularly those of the process of primitive accumulation. The societies created by such accumulation have their main structure in racism, on which the typical deformations of neocolonial capitalist society are founded.*

KEYWORDS: Slavery; Racism; Subaltern ruling class; Fetishist consciousness.

Estrutura e Racismo:

Há porcos negros. Mas os há também brancos.

Robert Mugabe

A percepção de estrutura é fruto do desenvolvimento da ciência contemporânea, que deixou de apreciar cada objeto ou fenômeno como um ente isolado, por saber que tal aparente isolamento era uma ilusão, que oferecia uma explicação pobre de suas funções e desígnios. Pelo contrário, tal objeto na verdade se dá como uma encruzilhada dinâmica de inúmeras relações e que se modifica o tempo todo, enquanto observada ou não. Nele um certo conjunto ou subconjunto de variações se dá, à revelia do observador e, às vezes, até pela participação deste. O caráter estrutural de tais relações do fenômeno se expressam com ele sendo “estrutura”, isto é, tudo que se dá só se dá porque ele ali se desempenha como o que vem sendo. Suas relações - teia de existência - se explicitam segundo certas “regras” que podem ser descobertas e cujo conhecimento conduz a dado sentido verificável, quanto às relações do fenômeno com outros, os quais aparentemente não se indica de que - no todo - se acham conectados. A estrutura que se descobre não só “viaja” a alguma parte como certo sentido ou determinação, como nela se manifestam aspectos duradouros no processo de sua transformação. Ou seja, a estrutura é perceptível enquanto se dá na história do fenômeno.

Você já observou a bagunça que é viver em um país neocolonial? Percebeu que “nossa” classe dominante não consegue resolver a contento nenhum problema? Já reparou as estradas e ruas por onde trafega? Já viu como os que estão no comando são nota zero em previsão e planejamento? Como só se dedicam a roubar? Já observou o que “eles” chamam de “mérito”? Isso já era assim com D. João VI; era assim com Pedro I, Pedro II; era assim na “República” Velha e no governo Temer...

Max Weber chamava atenção para que uma etnia “monta à cavalo sobre outra” e, conseqüentemente, a sociedade que daí resulta não consegue ir senão ao desastre. Isto é o produto de uma classe dominante colonial, logo tornada neocolonial, quando passa a fazer isso por “conta própria”...

A classe dominante subalterna foi-se compondo lentamente, sob o comando português, inglês, norte-americano. Seu sucesso técnico é fabricar miseráveis e levar as riquezas daqui arrancadas para seus sócios nas metrópoles. A psicologia social dessa dominação funciona de tal maneira que até os intelectuais locais acreditam que, (a) não existe uma metrópole e (b) o país está “progredindo”... Durante mais de duzentos anos, tal classe dominante subalterna vem se desfazendo a cada ciclo do capital e se recompondo, em torno de um núcleo duro de origem portuguesa. Essa casta parasitária não consegue sequer fazer uma leitura do país que existe, dentro da racionalidade e do real. Na verdade, ela nem percebe a sua condição de entidade neocolonial. Ela “pensa que pensa”.

Historicamente, pois, o racismo se dá como um tornar-se mediado e complexo, desde o estranhamento individual ou social (na verdade todo estranhamento é social), para vir a colocar-se como um procedimento que oferece - como sistema - vantagens materiais e ocultamentos no plano da psicologia individual e social (na verdade, toda psicologia é

social). O racismo nasce no medo, impulsiona-se na maldade interior para praticar o mal e alimenta-se do ganho imediato que obtém para erguer-se como a centralidade do sistema.

Todos os Estados formados na época contemporânea estão alicerçados ou manchados pelo racismo. Isso demonstra a profundidade da mente formada no medo, que se espalha pela sociedade, fabrica o Estado local à sua imagem e semelhança e persevera no crime e no genocídio. O alicerce da chamada sociedade ou da “civilização ocidental” é o racismo, inúmeros racismos historicamente sobrepostos e que colaboram entre si, porque não podem fugir de si mesmos. O caso é mais grave na América e na África, porque se tornaram as vítimas mais extensas do colonialismo.

Ontem (10-09-2019) a Argentina, no futebol, bateu o México por quatro a zero. O mundo está feito assim: foi uma noite maravilhosa para os argentinos; do outro lado, foi uma noite de desilusão e talvez tristeza para os mexicanos. Por que existem em quase todas as disciplinas o pressuposto de que há equilíbrio e que o equilíbrio existe? É simples. É porque ele não pode de fato ser encontrado senão no reino das ideias. É importante acreditar que as coisas possam ser equilibradas, porque isso nos faculta viver na mediocridade e até nos sentirmos seguros. No entanto, o mundo real não tem grandes considerações por crenças e sentimentos de insegurança.

O capitalismo é a sociedade do capital. O capital é a criatura histórica da troca, que é sempre desigual, e não pode gerar equilíbrio quando se efetua. Enquanto processo de troca, o capital nasce junto com a mercadoria, ainda quando esta não possua esse nome. A acumulação de bens-de-troca pela desigualdade que na troca se contém, estabelece neste acúmulo de bens a condição de capital. A formação das trocas como um sistema social se alicerça, assim, na mercadoria e todos os bens tendem a se tornar mercadoria, enquanto as trocas se dão, a ocupar o quotidiano da vida social. Antes que a sociedade como um todo se tornasse comandada pelo capital, isto é, antes que ela se tornasse a “sociedade capitalista”, as sociedades que precederam viram-se em parte ou no todo comandadas pela mercadoria, isto é, pelo bem de troca que é produzido ou obtido unicamente pela finalidade de troca. Tal impõe, para a compreensão histórica, dois momentos como forma para o capital: o capital mercantil e outras formas do capital, que depois hão de separar-se por necessidade.

A desigualdade da troca possui em seu umbigo a sistemática, que há de transformar o medo em racismo, ou incompreensão da diferença que o outro possui, em suposto para o medo e seus substratos, o ódio, o genocídio e dominação. Não conheço um canguru. Quando vejo pela primeira vez um canguru, assalta-me a curiosidade (uma forma de medo), logo o medo, o desejo de destruí-lo ou de dominá-lo. Assim as sociedades humanas aprenderam logo a odiar certos animais, e dentre os animais, aquele que a constitui, ou seja, o Outro, um agrupamento igual de diferentes, mas também seres humanos. Para dominar o Outro, aquele que se parece com a gente mas é diferente, é preciso desqualificá-lo, humilhá-lo, reduzi-lo a algo que não seja dele próprio. Ou seja, em fim, domesticá-lo segundo nossos propósitos, como se faz com um cão, um porco ou uma vaca. Tirá-lo do contexto que é dele e reduzi-lo a apenas uma função que lhe determinamos. Em síntese, necessitamos reduzir o que no Outro é humano a uma mercadoria, para incorporá-la ao processo de capital. O capital cresce com a identificação negativa do Outro. Ele não é humano, é-nos diferente, só será útil se servir aos nossos propósitos. Daí dizerem os antigos

romanos: o homem é o lobo do homem.

Dessa forma, podemos observar que a desumanização do Outro tem como resultado torná-lo escravo. O Outro é transformado em nosso objeto para o trabalho, ou seja, é domesticado. Já não é qualquer coisa que tenha um destino próprio, mas é apenas uma extensão da nossa força. O outro foi negado enquanto ele próprio e agora já não é de si.

A Escravidão Moderna:

O escravo é uma mercadoria capaz de produzir a totalidade das coisas sociais, inclusive outro(s) escravo(s). A escravidão atravessa, portanto, cinco mil anos, quando o Brasil (o que ele seria) é alcançado pelos portugueses. Montar um sistema de trabalho baseado no trabalho escravo requer o desenvolvimento em elevado grau do racismo, razão pela qual capital e racismo são inseparáveis.

Quando os portugueses “descobriram” o Brasil, já o capital mercantil encontrava-se bem maduro. As grandes navegações europeias caracterizam roubos e pilhagens colossais, com o aperfeiçoamento da pólvora e do canhão. Trata-se de obter a riqueza que os outros possuem pela força, e trazê-la, portanto, para nossa casa. Trata-se de colocar a riqueza para uns e colocar a miséria, a expropriação dos bens, para outros. Esse grande processo de transformar o mundo dos outros em simples mercadorias é o que até hoje caracteriza a “civilização ocidental”. Riqueza de um lado e miséria do outro, através de tudo transformado em mercadoria. Até aqui, 1500 da nossa era, a desigualdade - pelo roubo e pela pilhagem - já cresceu de uma maneira assustadora (para os seres humanos) e vive-se o processo de ampliação do capital, pela conversão de tudo em mercadoria.

Riqueza de um lado, miséria do outro, o escravo, mercadoria que já atravessava cinco mil anos, é metamorfoseado pelo racismo e fundamenta todo o processo de desigualdade. Vive-se o chamado período de acumulação primitiva (primeira) do capital, que é aquele momento histórico em que o capital mercantil vai acumular-se tanto que vai gerar outra forma de capital, que lhe é oposta, porque mancomunado com nova forma de trabalho: trata-se do futuro “capital industrial”.

No caso do Reino de Portugal, ele comanda as navegações dos europeus desde fins do século 14 até os começos do século 17. Governa Portugal uma nobreza reunida em torno de Cruzadas dentro de seu território, para liquidar ali o poder político dos Mouros (marroquinos). Essa nobreza, de França, norte da Espanha e da Galícia, se reúne em torno da “Ordem de Cristo”, que nada mais é que aquilo que sobreviveu da Ordem dos Templários, após sua liquidação. Aliada a navegadores marroquinos e genoveses, Portugal controla o comércio da Costa Atlântica da África (1380 - 1500) e chega à Índia (oriental) e ao Brasil. Observa-se que a aliança com os muçulmanos foi o que levou aos tribunais a Ordem do Templo. O que se tem aqui é o desenvolvimento do colonialismo, que haveria renascido com as Cruzadas no Mediterrâneo. A desumanização do próximo atingia uma escala sem precedentes. A escravidão do mundo antigo, que recuara, com a queda do Estado romano, para 8%, foi retomada em escala crescente, e com ela dá-se a nova expansão do ódio pelo próximo e do racismo a ele correlato.

Não é possível amar de modo sadio alguém que se escraviza, se tortura e se mata. A condição humana continua assim a negar-se, pela conjunção de relações de erros - do ponto de vista racional - que geram riqueza no polo em que se encontra uma minoria armada, e, no outro polo, a miséria, com uma maioria praticamente desarmada. O senhor de escravos e o escravo constituem um ajuntamento do capital mercantil para gerar lucros, ganhos crescentes, para uns poucos; e miséria e morte para aqueles submetidos. Não há aí um plano para “construir” uma sociedade. Os detritos sociais de semelhante aberração é que irão construir, no plano objetivo, uma sociedade, por negação de todos os valores anteriores de dominadores e dominados.

Digamos, portanto, com Castro Alves:

Não! Não eram dois povos, que abalavam
Naquele instante o solo ensangüentado...
Era o porvir — em frente do passado,
A liberdade — em frente à escravidão.
Era a luta das águias — e do abutre,
A revolta do pulso — contra os ferros,
O pugilato da razão — com os erros,
O duelo da treva — e do clarão!...

(Castro Alves - “Ode ao 2 de Julho,” nas *Espumas Flutuantes*)

Praticariam o genocídio da população indígena, escravizando-lhes as sobras. Extrairiam da África milhões de habitantes dali, que logo se viram, além de escravizados, manchados por uma acusação de cor: “negros”.

Mas o que é “negro”? A africanidade tem conhecido diversas populações, algumas supostamente dali naturais e outras que para ali migraram. As que ali aparentemente sempre se encontraram têm a pele mais escura, supostamente produto de uma relação com a genética de suas origens (os hominídeos de que descendem) e outra relação com a luz solar, em dois milhões de anos. Cientistas comprovaram que é possível rastrear geneticamente no Congo populações de homens biologicamente já atuais em até 250 mil anos atrás. Como um grupo de diferenciações pode ser consolidado em mutação genética a cada 25 ou 30 mil anos, têm os africanos de pele escura distinguível em seu material genético ao menos cinco mutações, enquanto o “branco europeu” apresenta, por exemplo, apenas uma. Isso quer dizer que todos

os grupamentos humanos eram escuros, por hipótese, há 60 ou 80 mil anos, e que “brancos” surgiram dos “escuros” há, talvez, 60 mil anos. Trocado em miúdos, o “negro” fundou a humanidade. Mas o que é então o “negro”?

O “retorno” da escravidão - que fora apenas reduzida - justifica agora (1500 - 1900) o epíteto de “escravidão moderna”. Ela se espalha na Sicília, no Algarves, nas ilhas atlânticas do Norte da África e chega ao Brasil. Neste território o empreendimento escravista se estenderá do Maranhão, litoral abaixo, até a costa do hoje São Paulo. Culminâncias da atividade em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Em 1446, o rei de Portugal condensou nas Ordenações Afonsinas (1446 - 1448) os interesses das classes em sua harmonização moderna então possível. Ali, os escravos situam-se como bestas logo abaixo dos burros e dos jumentos. Não espanta que semelhante concepção haja sido a ideologia para uso nas colônias de Portugal, pelos seis séculos sucedentes. Ao descobrir o Brasil e implantar aqui o empreendimento açucareiro, os portugueses, que governariam de fato até 1889,

O que é o Negro:

Os antigos gregos, que diziam em seus estamentos mais antigos, serem oriundos da África (vide a cultura minoica), batizaram em suas línguas estas populações escuras como “nekros”. Tal palavra refere-se a “cadáver”, morto, homem em putrefação. No mundo antigo, na medida em que a madeira das florestas foi-se tornando escassa, os ricos proibiram os pobres de cortar árvores para fazerem piras e queimarem seus mortos. No mundo grego, como no mundo romano, tornou-se prática corrente levar o morto num carrinho para lançá-lo na lixeira da cidade. Outros se lançavam à beira do caminho, por ser mais perto, deixando-os se decompor a céu aberto. Queimado pelo sol, o cadáver se tornava, escuro, ou até - não raro - mumificado, quando não era devorado pelos animais (cães e porcos). Daí o “escuro” e “cadáver” se constituírem na mesma coisa, “nekro”, por extensão atribuída como identificação - de fora para dentro - aos povos da África. Os gregos (“nekros”) e os romanos (“niger”) continham assim um grande espanto e - por certo - temor, ao escravizarem esses seres que pareciam ter ligação com o mundo dos mortos.

No entanto, os “negros” nunca classificaram a si mesmos como negros. Linguistas me dizem que eles se classificavam - de dentro para fora, portanto culturalmente - como “azuis” e “vermelhos”. Vê-se aqui com clareza a diferença como fonte de estranhamento; o estranhamento expressa a curiosidade (“por que ele é diferente?” - uma forma de medo) e o medo se torna profundo, como nos adverte a psicanálise, sendo necessário humilhar, submeter o Outro, que nos gera medo e classificá-lo pelos nossos critérios (de fora para dentro) e não pelos critérios dele (de dentro de sua cultura para fora). Ora, é evidente que só se classifica o que se sabe e, portanto, ao classificar o Outro, nós sabemos, enquanto ele nada sabe sobre si próprio. Nossa cultura afirma, é, portanto, positiva, enquanto a cultura do Outro, que nada pode afirmar, é, portanto, negativa. Contudo, estabelecida a relação, a cultura positiva é a tese, e ela será negada pela cultura - no caso - negativa: há que dar-se

aqui a transformação em outra coisa. A apropriação do Outro pela apropriação destrutiva da sua cultura contém em si a destruição daquilo que somos. Daí a perpetuidade do medo, enquanto dura o processo. Daí o ódio ao Outro, que só formalmente controlamos. Ao nos apossarmos da força do Outro e usá-lo para acelerar a nossa história, ficamos condenados a mudanças que não sabemos aonde nos conduzem.

O terreno das mudanças é o único que existe. Por isso já sabiam os gregos antigos, os inventores do negro, que todo conhecimento é filho da história (a noção de processo). Não pode algo colocar-se para além de si. No entanto, esse algo só pode transformar-se determinado por aquilo que logrou construir, que fez dele o que ele é ao existir. Se existe, é que é, se o ato de ser é (ou chega a ser). Pela sua formação, é ele facultado. Nada pode transformar-se senão a partir daquilo que é (uma contradição).

Ao pôr-se algo que é como algo que existe, só pode esse algo colocar-se ao espírito como conceito, isto é, como percepção objetiva daquilo que tem logrado ser. Daí, ser racionalmente perceptível como; a unidade imediata do conceito; daí, o enfrentamento do conceito consigo mesmo; daí, o restabelecimento da unidade do conceito consigo mesmo, ou seja, o estabelecimento de uma nova contradição que é como “algo” ou como um “não-algo” e dá-se a existir.

Aí está o problema: o que é, não é o que é (ou o que parece ser que é). A negação, o conflito que se revela na percepção da diferença, dá-se como direção de um processo destrutivo, dá-se como separação, em que a diferença induz à coisa mesma. Não pode ser reorientada por discursos, por incompreensões, desejos ou outras cambalhotas, definindo o que há de ser pela sua afirmação negativa. O movimento do fluxo da corrente leva as folhas que no rio caem, enquanto leva também o rio. “Não se pode banhar no rio nem mesmo uma única vez”. “São apenas momentos de toda lógica efetiva, quer dizer, de cada conceito e de tudo que se apresenta como verdadeiro” (Hegel). Ou seja, todas as formas que efetivamente chegaram a ser, se dão no desdobrar de um processo e veem-se tornadas falsas ante o que a cada momento substitui a cada qual, e que aparenta ser a verdade negativa que aquela antes derradeira forma parecia afirmar: “... é a razão mesma da coisa que tem de desenvolver como algo contraditório consigo mesmo e encontrar dentro de si mesma a sua unidade”. (Marx)

Arrastando-se da derrota no Reino de Marrocos, à criação do Reino do Congo e à invenção do Brasil, Portugal viabiliza seus ganhos mercantis mergulhado na escravidão, com o “ciclo” do açúcar e o “ciclo” da mineração. Mas tudo isso que aparentemente leva à grandeza, na verdade cava a sua ruína. Ao construir um mundo colonial, Portugal encontra aí uma forma de se perder a si mesmo.

O escravismo não desumaniza apenas as vítimas da escravidão, mas também os senhores que o praticam. A sociedade que dele vive vê-se necrosada, não por haver-se tornado mais escura. Diz o “Novo Dicionário de História do Brasil” (pág. 237):

O Governo Português, entre outras regulamentações determinava as condições em que se deviam processar os resgates e o transporte dos negros; os deveres e responsabilidades dos agentes da Fazenda Real Portuguesa, sediados no

litoral africano; as atribuições dos armadores, pombeiros e tanganhões, que eram os agentes desse comércio; os direitos ou taxas que incidiam sobre o tráfico, lucrando a Coroa não só com o progresso que o braço negro imprimia a Colônia, como ainda, diretamente, com a cobrança desses direitos, reajustados à medida que se avolumava o comércio negreiro: a princípio os traficantes pagavam 1\$750 por cabeça de escravo; em 1699 essa taxa subiu para 3\$500, chegando no século seguinte, a 6\$600. Financiado e realizado depois por grandes Companhias de Comércio (v.), que inclusive mandaram levantar fortalezas em Daomé e na Guiné, para garantirem o respectivo tráfico, incrementou-se grandemente o comércio de escravos, ainda mais estimulado pelo desenvolvimento da agricultura brasileira, em fins do século XVIII e começos do XIX. Destinados às lavouras do café, da cana-de-açúcar, do algodão, do fumo e cereais, até à extinção do tráfico, em 1850, grandes levas de escravos chegaram ao Brasil. Em 1789 a população brasileira se estimava em 2.300.000 habitantes, dos quais 1.500.000 eram negros (65%); já no Brasil-Reino (1816), da população de uns 3.358.500 habitantes cerca de 1.930.000 eram escravos, dando a percentagem de 68,5%.

Uma Sociedade que não é

O chamado “ciclo” do açúcar, parte inseparável da acumulação primitiva, uniu as duas partes que formariam o todo estrutural do Brasil para sempre: de um lado, (a) o colonizador europeu; do outro lado, (b) o “negro”, ou seja, o indígena e o africano para aqui deportado. Diz o historiador Pedro Calmon (História do Brasil, 1º volume, 1939, pág. 338-9):

O florescimento dos engenhos na Baía acompanha de perto a restrição da escravatura dos índios e a enérgica proteção deles pelos jesuítas. 1565 é uma data limite. Manda el-rei defender os selvagens: os padres, ajudados por Mem de Sá, seu grande amigo, proíbem o cativo dos tupinambás; dir-se-ia que a colonização, ávida de braços, minguardia por falta de quem lavrasse-as à roda das moendas de açúcar, principal e convidativa riqueza do Brasil litorâneo; e, no entanto, é quando começa a exportar-se em maior escala esse produto.

Os portugueses eram donos, ao mesmo tempo, das duas margens do Atlântico. Na África, o que mais rendoso acharam foram os africanos; e o Brasil carecia de braços... Os índios eram maus agricultores: nômades, exquívocos, belicosos, fugiam inevitavelmente para seu mato vizinho, - já argumentava Gandavo, a justificar a vinda do negro. Além disso, estavam na própria casa. Os religiosos não podiam tolerar que a catequese, em cujo nome a colonização entrava, se convertesse numa armadilha, para capturar populações livres e lutadoras, que os colonos amarravam aos engenhos ribeirinhos. Aquilo contrariava a política missionária, a ideologia da época, os objetivos místicos a que el-rei de Portugal, mesmo nos períodos mais mercantilistas do seu governo, nunca fechou de todo os seus olhos, e os desígnios da Companhia de Jesus.

O mesmo pensamento se aplicava aos cafres.

Os engenhos de açúcar, que em 1530 eram três, serão contados 260 na expulsão dos holandeses, lá por 1640. Os colonos portugueses moviam guerra aos indígenas (“negros da terra”), por qualquer pretexto, para escravizá-los. Trazer os africanos (“negros da costa”) pareceu uma solução rentável, porque os mesmos estavam acostumados a trabalho intenso e tinham - ao que afirmavam os colonos - mais resistência física.

A colônia viveu, portanto, sempre por motivo de fazer aumentar as riquezas na metrópole, do aprofundamento da desigualdade entre os seres humanos para ali deportados. Mesmo os colonos das plantações e dos engenhos, que tornavam a vida dos escravos e dos indígenas um verdadeiro inferno, estavam condenados a entregar às metrópoles suas riquezas, que podiam vir a receber sob a forma de pagamentos. Diz “A História Nova do Brasil” (vol. 1, 1963, pág 200):

A) povoamento litorâneo não resultante da expansão territorial

O modo de produção é o escravista; embora a questão venha sendo discutida até os nossos dias, em alguns casos com evidente impropriedade, uma estrutura de produção em que os produtores diretos são constrangidos pela força ao trabalho, não remunerado e pertencem, como animais, aos senhor, só pode ser classificada como escravista;

- sociedade rigidamente dividida, sem admitir elementos intermediários: de um lado, senhores de terras e de escravos; de outro, escravos;
- associação política absoluta entre proprietários de terras e de escravos e a metrópole, imposta pela associação de interesses: aqueles produzem e esta comercia.

B) Povoamento interior resultante da expansão territorial

O sertão pastoril

O modo de produção é o feudal. A sociedade é rigidamente dividida, sem admitir elementos intermediários: de um lado proprietários de terra e de gado, verdadeiros senhores feudais; de outro, a massa de peões, verdadeiros servos. Reina o desligamento político total, em razão não apenas do isolamento geográfico como também do caráter acentuadamente feudal dessas zonas, responsável pelos nítidos laços pessoais que se estabelecem; já se disse que no sertão não há poder público, reina a vontade dos grandes fazendeiros em todos os casos.

O ressurgimento do escravismo, na época moderna, pretende-se, indubitavelmente, ao processo de expansão mercantil do ocidente europeu, na fase que se vê compelido à montagem de uma estrutura de produção. O trabalho escravo entra como peça básica naquela estrutura; junto à grande propriedade, constitui o binômio essencial da *plantation*. Toda atividade que não estivesse orientada para a troca internacional, embora desenvolvendo-se em áreas coloniais, tinha a possibilidade, em contrapartida, de subtrair-se àquela forma de trabalho.

Assim, ao lado do empreendimento mercantil escravista da cana de açúcar e de seus engenhos (1530 - 1850), vê-se desenvolver uma economia de gado, voltada para as necessidades locais, e uma atividade mineradora, destinada à fuga de riquezas para a Europa (1690 - 1850). Todas estas versões de sociedade no mundo colonizado trazem as marcas da escravidão e da barbárie que ela representa. Comenta ainda a citada “História Nova” (pág. 199):

Quando, em 1750, é firmado o tratado de Madrid, o Brasil já tinha, *grosso modo*, a conformação que tem hoje. Se a maior parte daquela imensa extensão não estava efetivamente ocupada, o seu devassamento tinha sido, no entanto, inteiramente realizado. Permaneciam, e até hoje permanecem, guardadas as proporções, imensos claros entre os núcleos populacionais conhecidos.

Um sumário destes núcleos mostra até onde tinha chegado a expansão do povoamento: afora o povoamento litorâneo não resultante da *expansão* (distribuído irregularmente pela costa, a longos intervalos: Nordeste - Rio Grande a Maceió - Recôncavo Baiano - Rio de Janeiro), apareciam os núcleos das Minas Gerais (resultados diretos da expansão bandeirante), o do sertão “interior” (resultado do chamado ciclo pastoril pernambucano), o do extremo-sul (resultante direto da expansão bandeirante) e o do extremo-norte, Amazônia e Maranhão, (resultante do que convencionamos chamar expansão oficial).

Não reside contudo, como pode parecer, no tamanho de território garantido à posse portuguesa e legado do país independente, a consequência fundamental do largo movimento de expansão iniciado nos primeiros decênios do século XVII. Sua resultante mais significativa é outra: é o que se convencionou chamar *diferenciação colonial*. Uma coisa, de relativa importância, é a dimensão geográfica que a expansão territorial nos legou; outra, de funda importância, são os tipos diversos ou opostos de vida, em relação àquelas formas de vida tipicamente coloniais, como a da sociedade do açúcar, que aquela expansão proporcionaria. Uma coisa interessa à Geografia, a outra interessa à História. A primeira é a facilmente perceptível e está registrada nos manuais e livros didáticos; a segunda só aparece num estudo científico (do social, do econômico, do geral), e infelizmente não está naqueles manuais e livros didáticos.

A sociedade colonial, portanto, revela-se um monstro com várias caras, mas com um ou dois traços comuns, que a definiam com a mesma estrutura: (a) o trabalho escravo e o comércio de escravos; (b) a troca desigual, com que entregava às metrópoles mais riqueza do que recebia. O elemento básico que mantinha esta estrutura era o escravo. Na verdade, o negro, convertido em elemento criador e bode expiatório de todas as mudanças demandadas pela acumulação primitiva. Diz-nos ainda a “História Nova do Brasil” (pág. 75):

A Inglaterra, séculos depois a maior pugnadora pelo término do tráfico, foi também destacada participante de tal atividade, obtendo em 1713, com a assinatura do Tratado de Utrecht, concessão com a duração de 30 anos para o tráfico. Quando o seu desenvolvimento industrial considerar o trabalho escravo

como obstáculo à colocação de seus produtos em determinadas áreas, como foi o caso do Brasil, defenderá a necessidade da extinção da escravidão. Aparecerá como defensora de determinados direitos quando vir prestes a se fecharem, quando isso interessar a sua expansão mercantil, por estagnação, as portas do grande consumidor.

A introdução de negros escravos no Brasil representou, também, à semelhança do ocorrido com o açúcar, uma ampliação de mercado. Do mercado consumidor, no caso. É duvidosa a data exata da entrada dos primeiros carregamentos de negros escravos, mas, desde os anos trinta, sua introdução já deveria ter sido feita no Brasil. Em relação ao indígena, o negro apresentava-se como elemento superior, pois era dotado de maior desenvolvimento cultural e técnico. Enquanto o indígena brasileiro encontrava-se no neolítico, o negro já lidava com metais, como ficará positivado à época de seu emprego nas regiões das minas, quando terá oportunidade de mostrar seus conhecimentos. Mesmo sob o ponto de vista da organização cultural e social, os negros encontravam-se em estágio mais desenvolvido, pois ficou positivada a existência de grandes reinos na África.

O negro adaptar-se-á às exigências do trabalho da lavoura e, com o decorrer do tempo, aprenderá os segredos da técnica dos engenhos, poupando ao senhor do engenho os gastos com o pagamento de técnicos europeus. Na lavoura, nos serviços domésticos, nos engenhos e, com o desenvolvimento da sociedade, nas cidades, o negro vai ser a base sobre a qual repousará a sociedade colonial brasileira, não fosse ele “os pés e as mãos do senhor”. No final do século XVI, o seu número atingirá cerca de vinte mil, num total de sessenta mil pessoas para toda a população colonial.

Negros e a Nova Imigração:

Assim vê o “Novo Dicionário de História do Brasil” (pág. 256) a participação material do negro africano na construção da colônia:

Os negros foram tudo na organização do trabalho do Brasil Colonial e princípio do Imperial. Na lavoura e indústria açucareira resumiu-lhes Antonil o relevante papel no célebre passo do seu livro *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*: “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho; porque sem eles, no Brasil, não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. Diretamente fiscalizados pelo *feitor*, administrador agrícola que, à menor falta, e até por simples gosto os castigava com açoite no couro cru, então chamado bacalhau. No Regime Colonial e pelo Império adentro trabalharam eles de semeadores, derrubadores, remeiros, construtores, artífices (marceneiros, caldeireiros, pedreiros, oleiros, ferreiros), criados domésticos, pajens, capangas, vaqueiros, de tudo ou quase tudo. Introduzindo na América métodos agrícolas desenvolvidos na terra natal; transplantando para cá produtos africanos, que sob os seus cuidados se aclimaram logo, passando a fazer parte da alimentação do colono. Fundindo o ferro e pondo a funcionar as primeiras forjas do Brasil, praticamente realizaram, ainda que sob a direção do branco, todo o

trabalho material e os esforços necessários para a construção do país.

Na verdade, sem a permanente força de trabalho do negro, o Brasil também não teria existido no século 19 (XIX). Toda a força de trabalho recebe, para manter-se ou expandir-se, um acréscimo anual, que resulta de seu crescimento biológico natural (embora condicionado este ao modo de produção em vigor). No caso do Brasil, quando se verifica a fração adicional entrante na força de trabalho a cada ano, vê-se que a quantidade de escravos importados (até 1850) corresponde ao aumento esperado na população trabalhadora. Ou seja, o acréscimo de força de trabalho anual era igual (aproximadamente) ao número de escravos importados. Isto demonstra a centralidade absoluta do trabalho escravo também no século 19, pelo menos, é óbvio, até a abolição da escravatura (1888). Nesse momento, em que a escravidão foi eliminada do ponto de vista formal, as classes dominantes, forjadas na barbárie da escravidão, tomaram medidas “necessárias” para impedir, fosse a formação de um mercado de trabalho livre, fosse a elevação da renda da população trabalhadora. Tal significa perpetuar as condições de trabalho escravo como forma de substituir a mão-de-obra escrava. O que está na origem dessa escolha patética? O racismo. Este encontra-se tão profundamente penetrado na alma das classes dominantes (mesmo aquela que resultava das diferenciações do escravismo) que elas só conseguem avaliar seus interesses a partir de uma ideologia social escravista. Não podem enxergar o mundo fora de uma ótica racista e escravista.

Vejamos algumas estimativas da evolução do Brasil segundo o IBGE, para cidades que receberam diferente impacto do ciclo de imigração, deliberadamente desencadeado para (a) eliminar o negro da força de trabalho com a abolição; e (b) tornar o trabalho no país muito mais barato que em qualquer país então civilizado. O terceiro objetivo com esta manobra estratégica era (c) perpetuar em sua posição as classes possuidoras dos meios de produção.

Figura 1: Quadro

Cidade	População 1872	População 1914	Taxa Anual Média de Crescimento (%)
Rio de Janeiro	274.972	967.240	3,04
São Paulo	31.385	402.217	6,26
Salvador	129.109	256.891	1,65

Fonte: IBGE

Quanto à população, é evidente que qualquer taxa de crescimento acima de 3% ao ano implica um forte movimento migratório. Quando se vê a variação em São Paulo, compreende-se que no período 1872-1915, metade do crescimento populacional se deve à imigração. Foi a resposta ao fim da escravidão. Importar o excesso populacional da Europa

levou tão abaixo o custo da mão-de-obra que - uma vez mais - o colocou abaixo da fronteira da subsistência. Como disse certa vez notável economista paulista, o operário brasileiro não morre de fome porque ele cria galinhas no quintal. Isso quer dizer que a riqueza criada é usada fundamentalmente para concentrar renda. Trata-se de outra deformação, própria do pensamento racista e escravista. Max Weber aponta ao seu tempo que as sociedades pluriétnicas não funcionavam porque a diferença étnica não permitia à classe dominante solidarizar-se com a classe dominada. Ele deu como exemplo a França pré-1789, em que os germânicos (brancos) constituíam a nobreza e os galorromanos (mestiços) constituíam a força de trabalho. Para Weber, só uma revolução - como a francesa - podia quebrar a barreira étnica. Repare como uma escola pública funciona em Santa Catarina, mas não funciona em São Paulo. Repare no nível de corrupção no trato com o dinheiro público, que é um fenômeno absoluto no país. Não há sentido de sociedade nem de solidariedade com o “Outro”. Certa vez entrei num sebo (livraria) no Rio de Janeiro. Naquela época, Brizola - o governador - mandara canalizar os esgotos da Baixada Fluminense. Um velhinho branco, de colete, rodopiava no meio do sebo, aos gritos: “Então eu pago impostos para canalizar esgotos para negros? Eles é que me devem dinheiro, e não o contrário! Brizola é um FDP!”

É claro que tornei o fraseado do velhinho mais palatável. O ódio ao próximo é o traço principal do racismo. Não pode gerar solidariedade de espécie alguma. Vocês sabem, a história social do Brasil foi sepultada para sempre. As provas documentais foram sistematicamente eliminadas por funcionários públicos a serviço do racismo e da tortura. Documento que li nos arquivos na década de (19)60, não os encontrei mais - deixaram de existir - nos anos (19)80 e (19)90. Nesse país chegou-se ao absurdo de queimar nos quintais dos quartéis os documentos comprovantes dos crimes da ditadura de 1964 - 1990. O hábito vem de longe. Também foram queimados os documentos relativos à escravidão. O primeiro dado que esta queima esconde é o número de vítimas. Em 1888, o número de escravos era pelo menos o dobro do que é oficialmente admitido. Ensina o historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana (págs. 30 e 31):

Francisco de Assis Barbosa, na Apresentação da obra coletiva **Rui Barbosa e a Queima de Arquivos**, referindo-se à extensão dos danos causados em todo o país, decorrente da execução daqueles dois primeiros atos ministeriais, de 1890 e 1891, supõe que “não foram muitos atos de incineração, como os que repercutiam na imprensa, no Rio de Janeiro, em 1892, e na Bahia, 1893” (20), não aludindo, portanto, à primeira queima de documentos da escravidão, ocorrida em 19 de dezembro de 1890, como detalharemos adiante.

Entretanto, a improcedente versão de que teria sido o sucessor de Rui Barbosa no **Ministério da Fazenda**, quem executou a Portaria de dezembro de 1890, foi pela primeira vez divulgada na obra de Nina Rodrigues, **Os Africanos no Brasil**, - cuja a impressão fora suspensa em 1906, devido à inesperada morte do autor, em Paris - somente editada muitos anos depois, em 1932, revista e prefaciada por Homero Pires. No seu capítulo inicial, que trata das procedências dos negros introduzidos no Brasil, ao aludir aos “arquivos da escravidão”, consumidos pelo fogo, denominou de decreto o ato administrativo que tal

incineração determinou, mas em nota de pé-de-página praticamente retificou-se para “Circular do Ministério da Fazenda, nº 29, de 13 de Maio de 1891”, (21), sem fazer, porém, a menor alusão à Portaria de 14 de Dezembro de 1890, do Ministro Rui Barbosa, para cujo integral cumprimento aquela Circular recomendava urgentes providências da parte do inspetor dos Inspetores das Tesourarias da Fazenda dos Estados brasileiros.

Quanto àquela última incineração, a de 1893, ocorrida no Campo dos Mártires, também conhecido como Campo da Pólvora, na capital baiana, às 12 horas do dia 13 de maio de 1893, registrada por Cid Teixeira, em sua obra **Bahia em tempo de província**, a destruição, é importante atentar, não se limitou a documentos fazendários, porquanto incluiu documentos de natureza vária, oriundo da Alfândega, Tesouro do Estado e da Secretaria do Governo da Bahia. (22)

Mas os defensores de Rui Barbosa, na causa em evidência, não atinaram, ou decidiram ignorar que “**a primeira queima dos documentos e dos livros concorrentes ao ignóbil tráfico de gente**”, como registra noticiário estampado a 20 de dezembro de 1890, no **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ocorreu na casa de máquinas da Alfândega, precisamente às 11 horas de 19 do aludido mês de dezembro, cinco dias depois daquela determinação ministerial, portanto, ainda durante a gestão de Rui Barbosa naquele Ministério, tendo a ela assistido, entre outros, o engenheiro Sattamini (Inspetor interino da Alfândega), comendador Adolfo Hassellman (Guarda-mor), Reis (Administrador das Capatazias), dr. Galvão (engenheiro de Obras da Alfândega), Seixas de Magalhães, Cícero de Souza e Almeida, Pinto Peixoto, João Clapp (Presidente da Confederação Abolicionista) e João Paulo da Cruz Romano (Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro), esses dois últimos designados para integrarem a Comissão naquela mesma Portaria do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que não pode comparecer ao ato de incineração, “por ter que estar a essa hora no Congresso. (23)[11]

Ao ler esta observação, você já identificou o nome de família - de ontem e de hoje - dos benfeitores de sempre, parte daquela numerável força que mantém o racismo e o obscurantismo na proa do barco “Brasil” e que por isso merece frequentemente ter o seu nome até “sufragado nas urnas”.

A Indústria da Banha:

As extraordinárias circunvoluções que faz o pensamento dos escravistas para justificar e esconder o racismo e a escravidão bem justificaria dar a eles o nome glorioso de “Maria do Rebolo”, com que qualificaram as pobres dançarinas na roda do samba.

1Notas do Autor Citado

(21) Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, 1932, p. 39

(22) Cid Teixeira, *Bahia em Tempo de Província*. Salvador, 1986, p. 192 – 93, apud Irambe, Américo Jacobina et alii. Op. cit., ref 14, p. 124

(23) *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 de dez. 1890, p. 1, apud Lacombe, Américo Jacobina et alii p. 118.

Prosegue Moacir Medeiros (págs. 46-51). Entre outros contorcionismos, profere Arthur de Azevedo (o famoso escritor...):

Que subsídios darão aos nossos netos, simples remessas de relações escravizados; pequenas consultas sobre interpretação das leis; requerimentos cujos signatários revelação da multa que lhes fora imposta porque não deram à matrícula a um escravizado dentro do prazo legal, ou não declararam em tempo o nascimento de uma criança; outros, cujos peticionários solicitavam indenização do valor de um homem que fugira ao cativo para, com um nome suposto, assentar praça no exército, etc.?

A mesma resolução tomará depois o sr. Ministro, si assim o entender, relativamente à papelada que sobre o tão infame objeto existe no arquivo desta Secretaria, o qual precisa de espaço para outras coisas.

Arthur Azevedo.

Despacho - Não haverá inconveniente na queima, desde que a escolha dos papéis condenados ao fogo seja feita com cuidado prometido pelo digno Chefe de Seção.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1891. **Calazans.**

Despacho - Proceda-se à incineração desse lixo, que está infeccionando esta repartição, como o fazia à sociedade a instituição que ela lembra.

Não creio que nesse monturo se encontra coisa digna de salvar-se, mas, já que a secção o sugere, e acaso haverá ali algo que se aproveite, revolva-se aquilo e separe-se o que possa ser conservado.

É nobre empenho fazer desaparecer assim os vestígios da escravidão. Oxalá possamos em breve tê-los visto destruídos inteiramente, não nos arquivos só, mas também nos costumes, que apesar, do tempo e da fundamental transformação política que no país se operou, ainda muito, infelizmente, se ressentem desse vírus.

Ao fogo, pois, essa papelada, em que se registrara um dos nossos maiores descréditos.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1891.

O Brasil - como se vê - esteve sempre a serviço dessa plêiade de defensores do tipo dos que acham que os jornais ou os livros de história não devem informar “fatos negativos” ou eventos deprimentes que venham enxovalhar nossa “imagem no exterior”. Para eles, o Brasil deve esconder tudo o que se passou na realidade e escrever - tomando como modelo os E.U.A. - uma história lavadinha, que não passe de ficção literária. Consciência fetichista...

No entanto, a verdadeira face do racismo só pode ser enxergada caso não se escondam os “fatos da realidade”. Como exemplo, contarei um fato do 2º Reinado, só para “denegrir” (ah, ah, ah...) a panegírica história do Brasil.

Em 1835, estabeleceu a autoridade do glorioso império uma lei para punir exemplarmente os escravos que matavam seus senhores (o mesmo que hoje pede a “nossa” mídia...). Logo, os abusos tomavam curso. Capatazes, homens brancos, mandavam um negro fazer algo fora da fazenda e aproveitavam essa “ausência de álibi” para assassinar o proprietário da fazenda e lançar a culpa no “negro fugido”... O crescimento exponencial desses incidentes levou D. Pedro II em 1876 a consultar um delegado, especializado na caça de negros, para arguir sobre a estupidez da etnia acusada, que apesar da punição drástica, cada vez mais assassinava seus senhores... O advogado-delegado esclareceu ao imperador haver duas forças que impeliam tais execuções: (1) a oportunidade de matar o senhor e deitar a culpa a um negro, para esconder desvios e roubos; (2) a crescente importância da indústria da “banha de negro”, que - graças a um mercado crescente - ia de vento em popa. D Pedro II, que dela não sabia, deliberou então suspender a pena de morte. Este seria o verdadeiro motivo da suspensão da pena, e não - como então enfatizou a “mídia” - a execução do negro Francisco no Pilar.

Mas vocês me perguntarão: o que era a indústria da banha de negro? Simplesmente consistia em retirar-se a banha do corpo de um negro morto, derretê-la, colocar num pote e vendê-la, por seus atributos mágicos que resultavam dela, como unguento de massagem aplicado aos órgãos sexuais de um consumidor “caído”... fazia-se a demanda... Os escravos executados contribuíam para legalizar a “matéria prima”, fenômeno parecido com a adoção hoje de pretinhos de asilo e o comércio de órgão para transplante... Como se vê, aqui cabe o ditado português “Tudo como dantes no quartel de Abrantes”...

Uma sociedade doente, formada por acaso, engendrada no crime, prosseguirá em seu descaminho enquanto não tiver que ajustar contas com a moralidade a que diz pertencer, quer dizer, enquanto continuar a ser envergonhada pela quadrilha (gang) de criminosos que a constituiu. Esse é o traço “estrutural” do qual não se pode fugir. Ele emerge de todos os movimentos da impostura que o constitui. É difícil defender a causa da razão e encontrar-se numa sociedade cuja tragédia é neocolonial, um local em que a dominação é alienada inclusive por deixar o seu lugar histórico para que seja cumprido por forças exteriores. A metodologia do conhecimento científico, deve aqui exaurir um despacho diferente daquele de Arthur de Azevedo ou de João Barbalho, reconhecendo uma consciência dividida, em que falham os reflexos da realidade numa sociedade que se espelha no “grande irmão do norte”, e que está dividida pela incompreensão da realidade. Ou melhor, que constitui uma realidade que leva ao desastre, pela não percepção de sua própria intoxicação ou esquizofrenia. Tristemente, quando se examinam aqui os atos do chamado poder público, e da escolha de dirigentes mentalmente doentes, por opção debochada da mídia local, cai-se no abismo em que vive a Nigéria, a Indonésia e as Filipinas, por exemplo. Dá-se a glorificação da barbárie e da violência. Uma sociedade em que se matam 63 mil pessoas por ano; outros 100 mil veem-se “assassinados” no trânsito; 13 milhões seguem sem emprego; metade da “força de trabalho” não trabalha. etc.

A imagem dessa sociedade poderia ser uma cobra com a cabeça cortada a revoltear na lama, “escrevendo” com seu esgar letras incompreensíveis. Como é possível semelhante ideiação destrutiva?

A Neocolônia:

O complexo de transformações por que passa esta sociedade por certo requer novas concepções teóricas que sejam capazes de compreender de que modo ela (a sociedade) está a acumular elementos potenciais que a levem a uma mudança humanizante. Como ler o que esta sociedade logra escrever, em seu movimento de desespero?

Alguém já disse que os motivos do neocolonialismo são a ausência de motivos. De fato, aqui se tem classes dominantes alienadas de sua própria alienação e avessas à acumulação de riquezas e poder. O pouco - ou o muito - que amealha com a destruição da natureza e a espoliação de massas de pobres não é usado para multiplicar exponencialmente o ganho. Tudo, ou quase tudo, é levado para fora do país, antes que seja contaminado por um eventual toque ou favorecimento da nossa massa escura local, na verdade, a produtora superficial dessa massa de riqueza expropriada.

Os membros dirigentes dessa sociedade renunciaram a ter uma nacionalidade local, apossando-se de documentos das nações “vencedoras”, sob alegada condição de descendentes do externo. Vão sempre com dois passaportes: (a) um deles é a terra de seus avôs, para onde levam as riquezas amealhadas; (b) outro expressa seus privilégios locais, com o direito de explorar a “massa ignara” que não descende de europeus, nem pode para lá viajar.

O centro da brutalidade de tal dominação se cifra no monopólio da forma de exploração, através de empresas ficticiamente tratadas, “para brasileiro ver”, como se fossem nacionais. Na verdade, o exame do patrimônio dessas empresas, algumas ditas “estatais” (seriam públicas) indica que hoje pertencem aos E.U.A., à Grã-Bretanha, à Holanda, à Suíça, à Bélgica e à Alemanha (todas com cerca de 90% de patrimônio). Ao formular mentirosamente uma suposta “crise fiscal”, para justificar nova fase de esfomeamento da população local, a alma perversa da dominação étnica busca eliminar a capacidade de sobrevivência física e moral dos trabalhadores e dos pobres locais, como se fosse natural ciclos alternados de pobreza e miséria. Imaginem o dono de um cão que periodicamente o esfomeia e o tortura, para indicar-lhe que é seu proprietário; tem agora a descrição perfeita de como atuam as classes dominantes do Brasil. Fundamentadas nos mitos da dominação inerentes à acumulação primitiva, as classes dominantes coloniais só podem ser alteradas de “fora para dentro”, porque a dinâmica de sua existência depende da dinâmica das sociedades europeias (brancas) que as inventaram. As classes dominantes locais - como explicou Octávio Ianni - são classes subalternas da metrópole, enviadas às colônias de massas populares escuras para ali exercer sua subalternidade. Tais classes dominantes não constituem um mercado aberto nas sociedades que dominam, porque são aí castas incrustadas nas máquinas de poder constituídas pelas metrópoles para dominar - indiretamente - no local colonizado (ou colonizável). Essas classes dominantes locais são funcionárias da metrópole. São o “inglês na Índia”. Como disse Rudyard Kipling, “carregam o fardo do homem branco”, que é espalhar a “civilização ocidental”.

A única operação transformadora perceptível na dominação subalterna neste local da periferia, e que os dominadores consideram de todo importante, foi a passagem da condição colonial para neocolonial, uma vez, mais determinada pelas necessidades das

contradições interimperialistas do que resultado intestino político local. No bojo de uma suposta “revolução burguesa” que não alterou muito, uma das classes dominantes locais (setor industrial) prometeu negociar (1) novas condições tecnológicas para (2) produzir uma evolução no padrão de vida, com segurança e certa riqueza material. Tudo isso, contudo, far-se-ia montado no lombo do negro, que continuaria a ser seu cavalo favorito de trabalho. Nesse modelo, a massa popular continuaria na forma que hoje é, vivendo numa falsa modernidade pós-industrial dentro de um patamar sem dinâmica própria, ambiente de instintos subsociais. O discurso que a ela se dá é que tudo pode efetuar por sua própria vontade e sacrifício, sendo o livro de promessas o texto convencional - não reinterpretado! - da Bíblia Judaica. Esta população de infra-homens no plano político, sob a promessa de um progresso individual, se nega à prática do solidarismo e apoia o desmanche das instituições solidárias que haviam sido obtidas pela volta à democracia formal em 1988, como se deu no caso da liquidação da previdência e da seguridade social recentemente. Insistimos que semelhante leitura do mundo trata-se de um caso de demência coletiva.

Este tipo de massa, desprovida do conhecimento de si, é, como apresentou Marcuse, a matéria prima que serve ao fascismo. É uma massa desprovida do conhecimento de si, capaz de julgar que ela é igual em sua potência à classe dominante subalterna. Desprovida de identidade, essa massa ignara é presa fácil das piruetas da mídia - orientada de fora para dentro - e das macaquices pentecostais, copiadas e divulgadas a partir do Sul dos Estados Unidos da América.

Com o advento do neocolonialismo, a verdadeira dominação metropolitana deixa de praticar a violência direta no ambiente local colonizado, só recorrendo a ela em casos excepcionais, de extrema urgência (guerras localizadas). A classe dominante metropolitana domestica a subalternidade que ela expulsou de si, e que funciona como classe dominante neocolonial, mantendo a “dependência das importações” (subordinação tecnológica) e exercendo - esta sim - a violência direta local e, conseqüentemente, construindo uma sociedade irracional, violenta e desprovida de destino (ou de norte). Para onde navega a sociedade neocolonial? Explicou Marx, “para sua própria destruição”.

Dessa forma, a classe, ou classes, dominante(s) local (locais) é uma força de desconstrução de racionalidade, lendo os mecanismos que se montam objetivamente no processo socioeconômico e político com o sinal trocado, isto a serviço da dominação externa, que ela apresenta à massa escura como um verdadeiro motivo racional da existência. Recorde-se, contudo, que ser declarado motivo racional não torna o motivo da subordinação racional. É importante entender a sociedade colonial ou neocolonial como irracional. Do contrário, não chegaremos à negação de tal sociedade, mas ao conformismo, indicação da ideologia social da classe dominante subalterna, que aconselha o tempo todo a fugir dos extremos - evitar a revolução - porque “a virtude está no meio”. A classe dominante subalterna não compreende os motivos de sua temporária existência, difundindo no mundo local os seus enlatados-cópia, comprados e enviados pela metrópole, e que devem ser apresentados como uma criação cultural própria.

Como força estruturante de produção do mal e do crime, a classe dominante subalterna apresenta a irracionalidade como lógica, difundindo-a como centro e o motivo explicador da cultura local, priorizando tal irracionalidade na naturalização dos defeitos

estruturais da sociedade existente, impondo-a inclusive com a violência direta quando necessário. Em seu movimento falsificador da realidade - que não pode ler - a classe dominante subalterna cria uma realidade paralela, a que chamava o filósofo Vieira Pinto de “reflexo do reflexo”. Ela no local repensa o que pensou a civilização ocidental e - ao repensar - “pensa que pensa”...

Por isso que a maioria absoluta do pensamento neocolonial é lixo. Trata-se mais de esgares de admiração, revolteios de capachismo e submissão mental ao pensamento da metrópole, um movimento de criação de uma realidade paralela. A classe dominante subalterna tem um funcionamento sociologicamente anormal, mas que, em sua mente paralela, em seu esgar de esquizofrenia social, se constitui natural, e ela ali vive, com uma não-percepção do real.

A recusa permanente a construir o real expressa a doença social da força de dominação, que segue constantemente a construir uma realidade (até a analisa...) como paralelo do real, como paralelo do que efetivamente é. No seu “raciocínio”, por exemplo, os negros são estúpidos, preguiçosos e criminosos; são pobres porque não trabalham. No entanto, quando a realidade é examinada fora do plano paralelo, vê-se que o negro consiste a coluna vertebral da força de trabalho no Brasil, a maioria da população, sendo portanto o principal produtor de riqueza (que lhe é roubada...).

A paranoia da dominação subalterna pode ser vista no retorno cíclico que a mesma tem em seus temas e suas proposições: seus desejos retornam periodicamente, com as mesmas explicações errôneas e fajutas. A esquizofrenia que a assalta é delirante: crise fiscal, ausência de recursos nos cofres públicos, falência da previdência social, desperdício do dinheiro na educação e na saúde... Os psicopatas que nos governam a serviço da dominação subalterna urram tais parvoíces na mídia 24 horas por dia (até de madrugada), levando a população, desprovida de metodologia científica, a viver e decidir naquele mundo paralelo de esquizofrenia social...

Racismo e Loucura:

O descolamento irracional do que o mundo realmente é se caracteriza, portanto, pela construção mental de um outro mundo em paralelo, em que a dominação subalterna julga efetuar atos racionais, enquanto que - efetivamente - elabora sucessivos desastres sociais (quanto ao mundo que de fato é e ela não percebe). É assim que podemos entender proposições sem sentido, interpretações completamente falsas, como, por exemplo, o discurso atual da dominação quanto à política econômica.

Segundo a classe dominante subalterna, a dívida pública - que ela mesmo cria e recria através de manifestações absurdas como a remuneração elevada dos depósitos dos bancos - é a verdadeira causa de todos os problemas financeiros do país. A este diagnóstico se segue que a dívida resulta em gastos excessivos com o salário mínimo, com a educação, com a previdência, com a saúde, etc. A solução que tal classe aplicou para corrigir a economia, segundo seu diagnóstico completamente alienado, foi (1) uma regra fiscal que congelou os gastos públicos por 20 anos(!); e (2) o corte de verbas da saúde, da educação, dos salários, liquidação da previdência pública, etc. Semelhante alienação quanto ao mundo real revela uma ruptura com o mundo real não apenas no cenário colonial como também no

cenário metropolitano. Os senhores da metrópole que dão volta na manivela que move a dominação subalterna, estão hoje espantados, a rir dela inclusive em seus meios de comunicação. A insanidade mental dos dominadores tem se tornado, assim, visível. O perigo das ideias deslocadas é que elas podem convencer inclusive aqueles que as manipulam. É como um indivíduo que trabalhasse o tempo todo com um gás, e acabasse por se envenenar. Desmontar a estrutura dos serviços públicos, vender a preço de banana os recursos e empresas que possui, etc, são atos que podem levar à própria destruição da classe dos dominadores.

Mas a ruptura não se revela apenas no nível da compreensão econômica. A dominação subalterna recrutou um outro bando de malucos entre os seus expoentes, elementos tão doentes que descobriram existir uma “ideologia de gênero”. A mesma - pasmem! - estaria sendo exercida como doutrina no sistema educacional... Público! (mas não no privado, que preservaria a “família”...). Pode-se dizer que a miopia do sistema racista de dominação é tão profunda que só vê lucros imediatos, de curto prazo. Busca apossar-se do dinheiro de bolso que está nas mãos dos pobres e quer arruinar o Estado (na verdade, seu instrumento de salvação) para fazer retroceder até à caverna a compreensão e o nível de vida dos pobres.

Não é de todo absurdo retomar de Jean Esquirol e perceber aqui também uma síndrome que poderíamos chamar de “demência social”. A classe dominante subalterna vive um vazio de compreensões, mas não altera sua consciência de classe exploradora. No entanto, não consegue enxergar direito os deveres de sua condição dominadora, com sua vida mental em uma realidade paralela (que de fato não existe). Dá-se pela ruptura com a realidade uma deterioração progressiva e global de sua inteligência social, com seus intelectuais a fabricar ideologias, recorrer a mitos, cultivar crenças irracionais, etc. A falência é tão grande - tipo K.K.K. - que seus líderes falam besteira em público, tornando-se motivo de chacota e lançando mão da confusão e do terror. Todos se lembram de Hitler, taxado de louco, mas socialmente de fato louco, como a classe dominante que lhe entregou o poder.

As capacidades funcionais decadentes da classe dominante subalterna expõe a toda luz a construção de uma loucura social, a visão fraturada de uma doença sem cura. A síndrome assim pode ser dita de demência social. Os “líderes” conduzem a sociedade à derrota com seus diagnósticos fracassados, seus olhares retorcidos e seus defeitos expostos ante todas as luzes. As pessoas são os classificam: dementes! fascistas! No entanto, são eles que detêm o poder neocolonial e vão desencadear todos os desastres possíveis de uma classe dominante falida, saída das entranhas da antirrazão, pingando ainda o sangue do racismo.

A fonte dos males sociais acarretados pela dominação, subalterna ou não, decorre das formas de consciência fetichista que se desenvolvem sob o comando do capital. As condições da acumulação primitiva desenvolvem os elementos de alienação demandada pela exploração do homem pelo homem a um patamar de baixez moral praticamente sem limites. O ambiente de escravidão, com a apropriação do corpo e da vida de outras pessoas, retirando-as da situação de seres humanos, torna os elementos da classe dominante escravista em escombros sociais desprovidos de qualquer moral. Na verdade, estas criaturas

chegam ao ápice da hipocrisia e do cinismo, importando-se unicamente com controlar os outros em proveito próprio. São estes monstros que se reproduzem cevados no racismo e conformam o conjunto das relações nas sociedades ali sucedentes, carregando sempre consigo o desprezo pelas regras da humanidade e do humanismo. Por isso, o ambiente que vige na sociedade hipócrita que conduzem parece ter uma leitura da realidade, quando de fato isto não é possível. Os racistas e os fascistas compõem na falsidade de seu entendimento uma realidade paralela, em que vivem e onde não repercute nem se alardeia o verdadeiro som do sofrimento humano. O ambiente da sociedade neocolonial não é apenas o ambiente ruim da metrópole capitalista. Trata-se de um ambiente muito pior, em que o homem comum é forçado a se comportar de acordo com as demandas da concorrência capitalista e das leis da produção mercantil, mas onde faltam distribuição de poder de compra, dinheiro e abundância de mercadorias para compor o domínio de objetivos, que deve caracterizar o “livre mercado”. A consciência fetichista não se manifesta apenas nas pessoas que possuem - ou são possuídas - pelo capital. Ela também se reflete como falsa consciência na cabeça de seus milhões de semi-escravos, entre aqueles que desempenham o trabalho social, mas acreditam “poder vencer” de acordo com as regras postas pela aparente competição. As metas de chegada vão sempre sendo alteradas pelos dominadores subalternos, que aplicam para os seus subordinados as regras imaginárias da “escada rolante do sucesso”, as quais, por sua vez, lhes são aplicadas pelos dominadores das metrópoles. Por isso, o Brasil é sempre o “país do futuro”, quando seu futuro se vê espelhado na água suja acumulada do fundo das minas que destroem o Pará e Minas Gerais. Enquanto o país se transforma num monte de buracos afundados na lama, as autoridades governamentais argumentam que é preciso remover a riqueza do subsolo dos territórios atribuídos aos indígenas. Está aí uma forma comum da consciência fetichista.

Há portanto no ambiente neocolonial um certo deslocamento com que se reproduzem como sistema as relações capitalistas. O reflexo local é zarolho, dá-se torto, deforma as imagens corretas da ótica metropolitana. Tal fato se dá porque, de fato, a condição neocolonial é uma situação paralela. Ela não se exerce como poder efetivo no mundo em que estão as metrópoles. O indivíduo portador das miragens fetichistas neocoloniais só pode ser lido e entendido na metrópole como indivíduo isolado, quase nunca como um igual, como membro de uma classe dominante, porque a sua classe dominante é - ali - subalterna. Suas decisões políticas, apesar de corresponderem aos mecanismos da reprodução capitalista, são vistas como auxiliares ou acessórias, não lhe conferindo voz de uma classe ou grupamento a ser considerado.

Na condição neocolonial, compreende-se, a ideologia e a psicologia do consumo, importadas como todas as relações do capital, não podem se ver preenchidas pelo processo produtivo local e seu processo distributivo. No lugar, portanto, de atuar como uma força que empurra as forças produtivas para a expansão, atua somente como um criador de expectativas alienadas de compra e posse. Na ausência do mercado perfeitamente objetivo, a relação entre dinheiro, os objetos e as mercadorias frustram os desejos e ansiedades da maioria da população. Nesse caso, a consciência do fetichismo mercantil empurra parte do lumpen social e da população excedente para o crime e a violência em diferentes maneiras, cumprindo os desígnios ocultos da mente e do poder racista.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Antônio Frederico de Castro. *Espumas Flutuantes*. Obliqpress. Classics of Brazilian Literature.

Anuário Estatístico do Brasil. IBGE. 1940

BANDECCHI, Brasil; ARRAJO, Leandro; ROSA, Ubiratan - Redatores. *Novo Dicionário de História do Brasil (ilustrado)*. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1970.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CALMON, Pedro. *História do Brasil - 1º volume - As Origens (1500 - 1600)*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939

SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. *A Queima de Documentos da Escravidão*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1988

SODRÉ, Nelson W. (coord.). *História Nova do Brasil. Vol. 1*; Ed. Brasiliense, 1963.